

## **PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DETERESINA SOB A INTERVENÇÃO DO REGIME AUTORITÁRIO (1964-1985)**

**Regianny Lima Monte**  
**Mestre em História do Brasil pela UFPI**

A implantação do Estado autoritário em 1964 foi desencadeada pela crise política instaurada no país, quando Jânio Quadros toma posse, em 1961, apoiado por um partido de massas que estava em ascensão no país, o PTB. Com sua renúncia, inicia-se um conturbado período em que seu sucessor, João Goulart, assume a presidência e propõe a implantação de reformas de bases no país, o que acelerou a tomada do poder pelos militares. Estes assumiram a direção do país tendo como objetivo norteador assegurar os interesses de uma determinada classe ligada ao modelo capitalista de desenvolvimento dependente do capital externo. Apresentavam-se como nacionalistas e defensores de uma política de centralização administrativa capaz de direcionar o país para um processo de crescimento econômico, mesmo que para isso fossem reprimidas as liberdades individuais. (GASPARI, 2002).

Esse modelo de desenvolvimento adotado pelos representantes do regime militar (1964-1985) fazia parte do próprio processo de formação política dos militares, os quais, por meio da Escola Superior de Guerra, concatenavam as estratégias de ação com o intuito de legitimar o cerceamento dos direitos políticos e civis por meio da ampla divulgação da política desenvolvimentista que asseguraria o progresso econômico do país. Dessa forma, os defensores dessa política desenvolveram a ideologia da “segurança nacional”, na qual os militares se apoiavam para dar prosseguimento ao projeto arrojado de modernização material dos mais diversos espaços do Brasil. (ALVES, 2005).

Esse novo direcionamento político que o país tomou, num primeiro momento, não foi compreendido pelos dirigentes piauienses, a exemplo do então governador Petrônio Portela Nunes<sup>1</sup> (1963-1966), que chegou a posicionar-se de forma contrária ao regime,

---

<sup>1</sup> Uma das personagens piauienses de maior destaque na política nacional. Advogado, inicia sua vida política em 1950 quando candidatou-se a deputado estadual, mesmo tendo perdido a eleição, foi convocado para o exercício do mandato. A partir de 1951, projetou-se como líder da oposição pela UDN, ao PSD, representado por Pedro Freitas, que posteriormente viria a ser seu sogro. Teve uma carreira política ininterrupta e ascendente. Em 1954 foi eleito deputado estadual (1954-1958), em 1958, elegeu-se prefeito de Teresina (1959-1962) e em 1962, governador do Piauí (1963-1966) e em 1966, senador. Em

e, em uma manobra política, conseguiu manter-se no poder e ocupar, posteriormente, cargos de alto escalão. Mas, diante da larga divulgação dos projetos de caráter desenvolvimentista e, sobretudo, da implantação de uma malha viária que integraria todos os pontos do país, levando desenvolvimento econômico até mesmo para as regiões mais longínquas, essa relação começou a se modificar. A euforia nacional-desenvolvimentista refletia em nível local como uma nova oportunidade para que o povo piauiense realizasse seus sonhos de progresso, entendido como a possibilidade de implantação do processo de industrialização que assegurasse o desenvolvimento econômico do estado e possibilitasse a tão almejada modernização na malha urbana da capital.

Para por em prática um projeto de tamanha envergadura para o país, a ótica adotada pelos militares foi a do planejamento elaborado com perspectiva de longo prazo. Toda a administração passou a seguir as diretrizes apontadas pelos planos nacionais de desenvolvimento, sendo o primeiro deles o Programa de Ação Estratégica do Governo (PAEG), elaborado ainda em 1964, com a finalidade principal de estabilizar a economia, a funcionar no primeiro quadriênio de atuação dos militares. Os planos em nível regional, como a SUDENE, tiveram que ser postos de lado em nome da centralidade política e da integração nacional. A própria administração central teve que passar por mudanças a fim de dar assistência aos projetos de investimento nos setores viários, de energia e de telecomunicações, resultando na criação, em 1967, dos Ministérios dos Transportes, das Comunicações, das Minas e Energia e do Interior. (MENDES, 2003, p. 220-221.)

O planejamento e a gestão pública objetivavam gerenciar as intervenções a serem implementadas, sobretudo, no espaço urbano. Conforme Marcelo Lopes de Souza,

A finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, especialmente fatores de injustiça social, e a melhoria da qualidade de vida, ambos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento, ao lado de estratégias de desenvolvimento regional, nacional etc. Planejamento e

---

Brasília, presidiu o Congresso Nacional por duas vezes e coordenou a “Missão Portela”, da qual resultou a Anistia e a redemocratização do país. Faleceu em 1980, com apenas 54 anos, quando ocupava o cargo de Ministro da Justiça e era cotado para ser o provável candidato à Presidente da República. (LEMOS, 1983).

gestão, [...] nada mais são do que estratégias de desenvolvimento urbano, alimentadas por pesquisa social básica, tanto teórico quanto empírica (ou seja, diagnósticos). (SOUZA, 2006, p.73).

Seguindo o modelo adotado em nível nacional, em outubro de 1968, os dirigentes locais, tendo a frente o então prefeito Cel. Jofre do Rego Castelo Branco<sup>2</sup>, firmaram contrato com a empresa baiana COPLAN S/A Construções e Planejamentos, para planejar as ações de intervenção no espaço urbano da capital, do qual resultou no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI). A municipalidade pôde contar com recursos e apoio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão do Ministério do Interior responsável pela implantação, no país, do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local, da SUDENE e do Governo do Estado. De acordo com José Raimundo Bona Medeiros:<sup>3</sup>

A implantação desse plano significa o início do processo de planejamento indispensável à reorganização dos serviços internos e à capacitação da Prefeitura para oferecer à comunidade teresinense os meios necessários ao seu desenvolvimento econômico e social. Teresina é a primeira capital brasileira a dispor de um instrumento de trabalho dessa natureza, que assegura a compatibilização dos aspectos físico-territorial, econômico, social e institucional, bem como a adequação dos objetivos locais ao planejamento nacional, regional e estadual. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969. p.8).

O PDLI foi um plano de grande envergadura para época e representava uma mudança significativa na maneira de administrar, pois, até então, os líderes locais davam prosseguimento às suas administrações sem seguir nenhum planejamento prévio que tivesse sustentação em um aporte técnico mais apurado e que seguisse uma proposta

---

<sup>2</sup> Destacou-se na vida militar e política. Coronel da Polícia Militar, tendo exercido o comando dessa corporação. Presidiu o Jôquei Clube do Piauí e o Esporte Clube Tiradentes. Como político, foi vereador de Teresina em várias legislaturas e o primeiro prefeito indicado após o Ato Institucional nº 3 que estabelecia que os prefeitos das capitais seriam indicados pelo Governador do Estado e não mais pela via democrática. Esteve à frente da municipalidade de 31/01/1967 a 10/10/1969. (GONÇALVES, 1991. p. 118.)

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e político, Deputado Estadual em cinco legislaturas, entre 1963-1983, chegando a presidir esta casa. Presidente Regional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Por duas vezes foi nomeado o prefeito de Teresina nos períodos de outubro de 1969 a maio de 1970 e de 1979-1982. Vice-Governador do Estado, passando a ocupar o cargo de Governador em 1986, com a renúncia de Hugo Napoleão. (GONÇALVES., 1991. p. 119).

de implementação a longo prazo. Nesse sentido, a primeira etapa do projeto baseava-se na análise diagnóstica da realidade local, sendo que, para tanto, inúmeras pesquisas foram realizadas, contando com a colaboração de vários órgãos.<sup>4</sup> Essas pesquisas visavam principalmente “encontrar o móvel do desenvolvimento local que permitisse romper com o círculo vicioso da pobreza,” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI), 1969, p.8) para que, assim, se pudesse propor um projeto de intervenção urbana para a capital.

Entre a realização de pesquisas e a elaboração do projeto final decorreram doze meses de trabalho de uma equipe com mais de quarenta profissionais, entre programadores, administradores, engenheiros, arquitetos, geógrafos e economistas. O trabalho realizado, que resultou no PDLI, era constituído de três partes: a primeira, *Teresina: entraves e impulsos no seu desenvolvimento*, na qual era apresentada uma análise profunda das causas do estrangulamento do desenvolvimento local; a segunda parte, *Estratégias de desenvolvimento local*, trazia propostas de intervenção a serem implementadas no sentido de impulsionar o desenvolvimento estruturado, tendo em vista as melhorias de ordem econômica e social; e, por fim, o *Programa de ação*, com vistas à implantação de uma série de reformas tanto no espaço urbano como no sistema operacional da municipalidade.

*Teresina: entraves e impulsos no seu desenvolvimento* é uma radiografia da cidade em todas as suas dimensões. Inicialmente faz uma descrição geográfica e do processo de formação e expansão urbana, analisando os motes de desenvolvimento e de estagnação da economia local. Trata também do intenso processo migratório ocorrido na cidade nos anos anteriores e descreve os sistemas produtivos da economia local, estando o primário e o secundário bastante deficitários, sobressaindo-se, portanto, o terciário, sobretudo aquelas atividades características da informalidade. Analisa-se ainda os indicadores sociais, como a prestação de serviços de saúde, educacional, habitação bem como o poder de consumo da população, constatando-se que boa parte dos moradores de Teresina, fossem eles migrantes ou cidadãos, encontravam-se em uma situação extrema de pobreza, que era visível nas formas de edificações precárias e no comércio incipiente.

---

<sup>4</sup> Dentre os quais estavam: a SUDENE, DNPM, DNOCS, DNER, DER-PI, CODESE, PETROBRÁS, IBGE, FOMINPI, IBRA, ASA, FSESP, Serviço Geográfico do Exército e Ministério da Agricultura.

Após essa análise minuciosa dos aspectos socioeconômicos da população da capital, é feita uma descrição das características do sítio urbano. O aspecto físico da cidade não destoava muito da precariedade das condições de vida da população. A malha urbana encontrava-se estagnada e não conseguia atender satisfatoriamente às necessidades de um núcleo urbano que crescia de forma acelerada. Serviços básicos como de transporte e saneamento básico deixavam muito a desejar.

A limpeza na cidade atinge apenas alguns setores das zonas urbanas, com um sistema manual de varredura das vias públicas, destinando o lixo removido a um vasadouro a céu aberto, 'in natura', próximo ao matadouro local. A coleta do lixo na cidade se dá através de caminhões tipo colecon e caçambas, carroças ou carrinhos, utilizando-se às vezes o trator da Prefeitura. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969, p.28.)

Em pesquisa realizada com os chefes de família, o sistema de limpeza urbana foi considerado pelos moradores da capital como um dos serviços públicos mais carentes na cidade. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969, p. 28). Essa afirmativa deve-se à precariedade do serviço prestado na capital, que não dispunha de material humano e técnico suficiente para realizar a atividade de forma regular. O problema ficava mais grave em regiões periféricas da cidade, onde inexistia qualquer coleta de lixo e limpeza das ruas, as quais, em sua grande maioria, viviam cobertas por mato, por não disporem de pavimentação. Outro problema que contribuía sobremaneira para a sujeira nas ruas era a presença de animais, que circulavam livremente pela cidade. (O ESTADO, 1971, p.4.) Os noticiários locais cobravam a intervenção do poder público para amenizar os danos causados pelo excesso de lixo e vegetação nas vias públicas. (O DIA, 1971, p.1).

Mas os problemas urbanos não se restringiam apenas a essa questão. O sistema viário da capital encontrava-se estagnado e ineficiente no atendimento das necessidades de escoamento do tráfego, que, com o crescimento urbano, tornou-se mais intenso, principalmente no Centro. Teresina não dispunha de vias de tráfego de grande porte que facilitassem o trânsito, com exceção da avenida Frei Serafim, sendo que as demais avenidas foram surgindo seguindo o prolongamento das vias radiais, de modo que as

ruas por onde escoava um maior volume de tráfego em quase nada se diferenciavam de ruas residenciais, onde o tráfego era apenas local.

A falta de hierarquização é responsável em grande parte pelo confuso tráfego que o Centro apresenta. Os veículos de carga de difícil manobra conflitam com os carros de passeio, as bicicletas e os pedestres. A pequena largura das ruas e também o pequeno tamanho das quadras são também responsáveis por esses constantes pontos de conflito. É pequeno o número de ruas pavimentadas em Teresina e em quase sua totalidade o tipo de pavimentação empregado (pedras irregulares) é prejudicial ao escoamento normal dos veículos. A ausência de uma rede coletora de serviços pluviais e de esgotos subterrâneos dificulta os serviços de manutenção das vias, além de diminuir a pista de rolamento com a existência de valas. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969, p. 30.)

Além dos caminhões de carga que eram obrigados a passar pelo centro de Teresina, por não haver outras vias de escoamento, a situação era agravada pelo fato de os terminais das linhas de ônibus intermunicipais se situarem também no Centro, na Praça Saraiva, local para onde convergiam veículos leves, complicando o tráfego na área. Essa situação também era incômoda pelo péssimo aspecto urbanístico do local, provocado pelas precárias instalações das agências de ônibus, dos restaurantes e dos hotéis situados em suas proximidades. Tal fato se agravava pela proximidade com a Rua Paissandu, famosa zona de prostituição da cidade, com seus bordeis. (O DIA, 1974, p.2).

Inúmeros eram os problemas de ordem estrutural com que a capital convivia, inviabilizando um crescimento estruturado da economia local, de modo que pudesse absover a mão-de-obra que chegava à capital resultante do processo migratório e do próprio crescimento vegetativo da cidade. Diante de tal realidade, os técnicos do PDLI concluíram que

Teresina não aproveitou sua condição de cidade administrativa e populosa no sentido de transformar-se em um núcleo de desenvolvimento da região, não cumprindo as funções que lhes pareceriam ser próprias de pólo distribuidor de bens produzidos na região. A economia local não tem permitido o desenvolvimento de um

centro urbano moderno e dinâmico dado o baixo poder germinativo de sua indústria, a pequena expressividade de sua agricultura e, em decorrência, a inexistência de oportunidades de ocupação de sua população e dos recursos locais para aumentar sua renda. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969, p. 61.)

Após uma análise minuciosa da realidade de Teresina e do levantamento dos pontos de entrave para o desenvolvimento econômico e social da cidade, foram elaboradas as propostas intervencionistas a serem implantadas para o melhoramento da realidade socioespacial da capital. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado tinha por finalidade atingir três diretrizes principais: a criação de condições para transformar Teresina em um polo de desenvolvimento da região, integrando-se ao ritmo desencadeado nas demais regiões do Nordeste; a melhoria dos níveis de emprego urbano para a mão-de-obra, gerando o aumento da renda *per capita*, e a fomentação de condições infraestruturais no sentido de transformar a capital em um centro urbano que condissesse com seu papel na região.

Para tanto, o plano previa o aproveitamento das estratégias de ação já adotadas por órgãos públicos e privados que seguiam um planejamento para a realidade local, como a CODESE e o Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI), bem como de projetos de nível regional, como a SUDENE, e nacional, com a atuação da COHAB-PI. Desse modo, a estratégia geral constituía-se em propor “medidas apoiadas em uma dupla potencialidade, e ao mesmo tempo, harmonizadas com as diretrizes e condições anteriores, resultantes das ações dos órgãos públicos e particulares aí existentes, fixando-se, então, linhas diferenciadas para cada aspecto específico.” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI), 1969, p. 61.) Considerando esses órgãos atuantes no município, os recursos para por em prática as ações estabelecidas no plano provinham das esferas federal, estadual e municipal.

O plano propunha uma programação a ser executada em curto prazo, para o ano de 1970, e uma de médio prazo, para o decênio de 1971-1980. A primeira medida de intervenção no espaço urbano da capital estava voltada para a revalorização do Centro<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> De acordo com os técnicos da COPLAN, o Centro de Teresina era delimitado pelas praças Saraiva, Landri Sales, Marechal Deodoro da Fonseca, Rio Branco e Pedro II e pelas Avenidas Desembargador Freitas e José dos Santos e Silva.

de Teresina, dada a sua própria formação histórica, pois a partir do Centro a cidade foi projetada, e sendo ponto de partida de sua expansão. Ali se concentrava o centro da vida administrativa e cultural. Desse modo, a escolha se deu por uma operação de reestruturação físico-territorial que permitisse ao Centro desempenhar as atividades econômicas, tornando-se núcleo distribuidor varejista, centro administrativo, e centro das decisões políticas e sociais. Conforme o estabelecido no plano, “o Centro de Teresina deverá ser entendido no seu sentido mais amplo: representa o ‘*coeur de ville*’, a zona de animações e de decisões políticas. Desempenhará também o papel de ponto de encontro para as horas de lazer.” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI), 1969, p. 63.)

Segundo Sandra Jatahy Pesavento, o centro urbano é um dos lugares simbólicos da cidade, portador de memória, história e identidade. É nele que se tornam mais visíveis as representações do urbano, no qual identificamos “uma forma de ser, um estilo de vida, uma performance cidadina de comportamento.” (PESAVENTO, 1998.) É também no centro onde as transformações do espaço físico se dão de uma forma mais acentuada, sendo este o primeiro espaço a passar por modificações e intervenções ao se pôr em prática uma política de modernização da *urbe*, já que representa o “cartão de visita”. O centro é, portanto, o espaço em que a cidade mais se transforma, modifica sua arquitetura, recria lugares, edifica uma nova paisagem.

A proposta de intervenção no Centro estava pautada em um projeto de embelezamento para a área, com a reforma das principais praças que compunham o centro cívico da cidade, como a Rio Branco e a Marechal Deodoro, também conhecida como Praça da Bandeira, as quais passariam a constituir um só conjunto de lazer, sendo protegidas por galerias e entremeadas por jardins. Outra medida de intervenção era a implantação do sistema viário, com o alargamento das avenidas principais; hierarquização do trânsito, com vias de tráfego rápido, lento e para pedestres; abertura de novas ruas e avenidas, com asfaltamento, e a implantação de galerias pluviais nas já existentes.

A complementação do sistema se fará com a construção do trecho que segue a Avenida Miguel Rosa (parte Sul), antigo leito da estrada de ferro. A construção da Avenida Maranhão (Beira-Rio) e sua ligação

com a Miguel Rosa e o alargamento da rua Senador Pacheco completará o eixo este-oeste de penetração. As ruas Desembargador Freitas e José dos Santos e Silva completam o sistema de vias principais no Centro Urbano. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969, p. 100.)

A construção desse anel viário viria desafogar o trânsito da capital, na medida em que permitiria isolar e diferenciar o tráfego rodoviário do tráfego urbano. Propunha-se, também, que fosse construída uma rodoviária próxima aos pontos de intersecção das principais rodovias, situada entre as zonas Leste e Sul, que desviasse do Centro as rotas de tráfego rodoviário. Dessa forma se liberaria o tráfego nas proximidades da Praça Saraiva, melhorando o aspecto urbanístico daquele logradouro. Desse modo que “terá, assim, o centro, condições de desempenhar melhor a sua função de principal pólo de atividades da cidade, com melhor fluidez do tráfego. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). 1969, p. 64.)

A preocupação com o disciplinamento do espaço urbano da capital era resultado, em parte, da quase inexistência de disposições jurídicas quanto à legislação urbana, tendo em vista que o único documento dessa natureza era de abril de 1939. Trata-se do Decreto-lei de nº 54<sup>6</sup>, o qual já estava completamente ultrapassado e obsoleto, portanto, de acordo com os técnicos responsáveis pela elaboração do PDLI, “dotar Teresina de uma adequada legislação urbanística era um imperativo improrrogável,” na medida em que oferecia “meios capazes de orientar e controlar toda a problemática físico-territorial do município e principalmente da cidade.” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI), 1969, p. 67). Nesse sentido, foi produzido um anteprojeto de zoneamento urbano, o Decreto de nº 25, de 16/12/1968, que entrou em vigor no ano seguinte, tendo como finalidade disciplinar o processo de ocupação do solo urbano a fim de conter o crescimento desordenado.

O plano também trazia propostas para tentar solucionar o problema do *déficit* habitacional na capital, principalmente aquele voltado para as classes populares, por meio de um projeto que reduzia o custo da moradia tanto pelo material utilizado, como pela mão-de-obra, não necessariamente especializada. Trata-se de um projeto

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto ver: TERESINA. Prefeitura Municipal. *Código de Posturas*, Decreto-lei n. 54, Teresina, 1939.

desenvolvido pelo professor Walter Veloso Gordilho, da Universidade Federal da Bahia, o qual consistia na armação da residência, desde o alicerce, em forma de painéis modulados constituídos de treliça de madeira em diagonal como estrutura, sendo que o preenchimento era feito com uma mistura de barro, areia e cimento, seguindo o mesmo processo da taipa. Não temos informações de que esse modelo chegou a ser implantado em Teresina.

O PDLI, como visto anteriormente, era uma iniciativa de planejamento urbano centrado na análise da realidade local e na proposição de intervenções a serem implementadas em Teresina com vistas a melhorar o aspecto socioeconômico e infraestrutural da cidade. Sua importância está exatamente no fato de dar as diretrizes para um crescimento estruturado de Teresina, baseado em estudos realizados por técnicos especializados, com o propósito de implementar uma nova roupagem na capital do Piauí, o que, há décadas, era almejado pela população teresinense. Esse plano encontrou, na década seguinte de sua elaboração, as conjunturas necessárias e favoráveis para sua implementação.

## Referências Bibliográfica

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

AMEAÇA do lixo. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3.422, p. 1, 15 set. 1971.

A PRAÇA Saraiva exige agora a sua recuperação. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 3.993, p. 2, 30 ago. 1974.

AVENIDA Frei Serafim vira pasto para jumentos. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3.573, p. 5, 23 mar. 1973.

BURACO e mato na Rua Simplício Mendes. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3589, p. 1, 12 abr. 1973.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Teresina: pesquisas históricas*. Teresina: s/ed., 1991. p. 118.

LEMOS, Osvaldo. *Petrônio Portela Nunes: depoimentos à história*. Teresina: COMEPI, 1983.

LIMPEZA pública deficiente. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3.524, p. 1, 20 jan. 1973.

LIXO invade Teresina. *O Estado*, Teresina, s/ano, n.18, p. 1, 20 ago. 1972.

MATO interdita rua. *A Tribuna*, Teresina, ano 1, n. 132, p. 1, 12 jul. 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. In: *XI Encontro de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUH*. São Paulo, vol. 1, 1998.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA (PDLI). Construções e Planejamento S.A (COPLAN). Newton Oliveira (coord.). 1969.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SUJEIRA no Centro da capital: tem até porco. *O Estado*, Teresina, ano 20, s/n., p. 4, 30 abr 1971.

TERESINA. Prefeitura Municipal. *Código de Posturas*, Decreto-lei n. 54, Teresina, 1939.